

CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES DOS ENGENHOS NA ABOLIÇÃO E NO PÓS-ABOLIÇÃO: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E AUTONOMIA

MOVEMENT OF SUGAR MILL WORKERS IN THE ABOLITION AND AFTER ABOLITION: HISTORY, TRACJETORIES AND AUTONOMY

Maria Emília Vasconcelos dos Santos¹

RESUMO

Este artigo versa sobre a mobilidade geográfica experimentada pelos trabalhadores dos engenhos, antes e depois do 13 de maio de 1888. Também trata da vivência da liberdade para os ex-escravos trabalhadores dos engenhos na Mata Sul de Pernambuco, após o 13 de maio de 1888. Os processos judiciais permitem entrever fragmentos da vida dos homens que laboravam nos engenhos e observar como a experiência da liberdade ocorreu em meio a desafios para firmar-se enquanto livre e driblar a exclusão. O legado dessas experiências é difuso, mas deixou algumas pistas. Também tomamos como fonte de informação sobre o passado aqui analisado os relatos memorialísticos produzidos por ex-senhores e os processos judiciais, para tentar entrever a experiência dos libertos trabalhadores dos engenhos.

Palavras-chave: Trabalhadores dos engenhos. Abolição. Pós-abolição. Zona da Mata Sul (PE).

ABSTRACT

This article deals with the geographic mobility experienced by the workers of the mills before and after May 13, 1888. It also deals with the experience of freedom for former slave laborers of the mills in Zona da Mata Sul of Pernambuco, after May 13, 1888. The lawsuits allow us to see fragments of the lives of men who labored in the mills and see how the experience of freedom came amid challenges to sign up as a free and circumvent the exclusion. The legacy of these experiences is diffuse, but left some clues. We also take as a source of information about the past here analyzed the reports produced memories by former masters and court proceedings, to try to glimpse the freed sugar mills workers experience.

Keywords: Sugar mills workers. Abolition. Post-abolition. Zona da Mata Sul (PE).

Manoel do Ó, ao narrar sobre sua vida, disse que nasceu em 1869 em Ipojuca como homem livre e que começou a trabalhar nos canaviais com 12 anos de idade (Ó, 1971). Nesse relato, Manoel do Ó informou que o trabalho no canavial do Engenho Salgado era opressor. cremos que essa expressão faça referência às lides do canavial, que eram pesadas e exigiam trabalho disciplinado e constante durante a safra. Disse mais que, em 15 anos, mudou de emprego 36 vezes, quase todos em usinas, até que em 1896 conseguiu emprego na ferrovia da Usina Bom Jesus como foguista. Segundo Manoel a ferrovia foi o lugar onde ele encontrou certo tipo de liberdade (Ó, 1971).

¹ Doutora em História Social da Cultura pela Unicamp, Professora da FBV-Devry Brasil e Professora substituta da UFPE. Pesquisa financiada pela Fapesp e pela Capes.

Esse breve fragmento da vida de um trabalhador de engenho exemplifica uma das possibilidades para os sujeitos que viviam das lides nas plantações de cana. O movimento era uma característica desses trabalhadores. Eles circulavam entre engenhos na expectativa de encontrar menos violência por parte dos proprietários e seus potentados e na busca de melhores condições de vida. Eram movimentos constantes e regulares, pois obedeciam ao calendário do plantio e da colheita da cana. Muitos desses homens saíram de suas cidades e se estabilizaram em novos lugares e outros, após o término das atividades, regressaram ao local de origem. Na realidade, não houve regras fixas e sim uma diversidade de opções que eram exercidas de acordo com as possibilidades e necessidades de cada indivíduo ou de sua família.

Esses deslocamentos permaneceram e ganharam maior fôlego ao longo do século XX e a Zona da Mata Sul continuou sendo área de atração de migrantes por conta da lavoura de cana. Através de uma entrevista concedida ao historiador Edson Silva uma migrante lembrou-se do vai e vem típico do trabalho nos engenhos. Dona Severina Raimundo da Conceição, com 70 anos de idade, afirmou que seus antepassados eram de Pesqueira, cidade da região agreste do estado. Dona Severina nasceu em Agrestina, de onde com oito anos de idade migrou com seus pais para São Benedito do Sul. Eles trabalhavam durante a safra da cana-de-açúcar e na entressafra voltavam para Agrestina ou Pesqueira (SILVA, 2008). A partir desse pequeno relato, é possível supor que, em alguns casos, era necessário complementar a renda para sobreviver, ocupando-se nos canaviais no período da safra. Embora essa evidência se refira a década de 1940, é provável que este tenha sido o quadro mais geral que orientou o deslocamento dos migrantes sazonais. A diferença mais perceptível no fluxo migratório dos trabalhadores livres e escravos para os engenhos era que os primeiros poderiam escolher para qual unidade produtiva ir, já os escravizados, apesar das margens de negociação, não possuíam tanta autonomia para eleger qual cidade ou engenho iriam se instalar. Já com o fim da escravidão, em 1888, todos os trabalhadores dos engenhos eram livres para escolher seus destinos, embora o período do plantio de cana, com maiores oportunidades de ocupação, continuasse a influenciar no deslocamento para os engenhos da Mata Sul. Os senhores de engenhos, por sua vez, tiveram que elaborar estratégias para atrair trabalhadores para ocuparem-se temporariamente ou fixar moradia em suas propriedades.

Sabe-se que os movimentos migratórios de indivíduos e grupos foram e são parte da história da população do interior. A mobilidade dos trabalhadores de áreas rurais não é novidade do período pós-abolição. Ela já existia na época colonial, embora como uma característica da população pobre livre, como atestou Sheila de Castro Faria, e essa experiência respondia a realidades econômicas e políticas de cada período, a escolhas

particulares e a necessidades individuais, embora conjunturas específicas tendessem a unificar o movimento como grandes secas e os períodos das safras de determinados produtos agrícolas (FARIA, 1998).

O deslocamento entre cidades era bastante comum durante a escravidão, embora haja dificuldade em identificar os migrantes internos por ser esse um movimento populacional pouco documentado. Mas, após a abolição, tornara-se uma prática mais recorrente nas áreas rurais brasileiras, pois, para os libertos, o deslocamento significou uma forma de reafirmar a conquista da autonomia e da liberdade. Longe de ser um exercício idealizado da plena liberdade da pessoa em eleger seu lugar de residência e trabalho, a migração foi, com muita frequência, a resposta mais ou menos dotada de autonomia às condições de vida e de sobrevivência marcadas pela violência e pela opressão.

A mobilidade espacial do escravo era limitada e vigiada. Em algumas ocasiões foi exigida uma permissão por escrito que especificava a autorização do senhor para seu trabalhador escravizado circular pela rua em horários e distâncias incomuns. Segundo Valéria Costa, em 1828, o presidente da Província de Pernambuco da época tornou obrigatório o uso de passaportes para os libertos circularem pelas estradas sem maiores problemas. Nesse documento, deveria ser registrado o roteiro e os lugares por onde passariam os negros. Em 1830, um decreto proibiu os forros africanos e os escravos em geral de transitar livremente fora da localidade onde residiam sem a posse de um passaporte (COSTA, 2013). Medidas impetradas na primeira metade do século XIX pelo Estado logo foram incorporadas no cotidiano escravista pernambucano e comumente desconfiava-se de que mulheres e homens de cor fossem escravos ao chegarem aos locais em que não possuíam nenhuma rede de relações (LIMA, 2010; CHALHOUB, 2012, MACHADO, 2010).

A pecha de vadio pairava sobre as pessoas que fossem pegas em atos como perambular sem destino, jogar, estar envolvido em bebedeiras e não executar atividades laborais regulares na lavoura canavieira. A circulação de indivíduos em um mundo fortemente marcado pela escravidão por vezes resultou em constrangimentos e interdições no ir e vir dos homens de cor.

No período pós-escravidão, migrantes negros e mesmo os negros naturais da cidade, quando se movimentavam podiam ser presos sob suspeita de serem vagabundos. As relações de trabalho no limiar do novo regime político – a República – fez com que muitos sujeitos fossem impelidos a se empregar para não serem punidos com prisão (MENDONÇA, 2012) ou com alistamento na Marinha como observou Álvaro Nascimento (NASCIMENTO, 2000). Mesmo não sendo exclusividade do período republicano, o recrutamento, que já era aplicado

décadas antes, nos anos seguintes à instauração do regime republicano foi associado a outras medidas, visando garantir a continuidade dos trabalhos da lavoura (AVELINO, 2010, p. 49). Isso porque os homens eram impelidos diante das atitudes das autoridades policiais a trabalhar nos canaviais sob ameaça de quando não tivessem ocupação certa ou honesta serem identificados como vadios e remetidos ao exército ou para a Marinha. Temos como exemplo o caso ocorrido em 1890, João Manoel de Souza foi preso em Ipojuca como vagabundo por viver de furto de canas, mandioca e outros itens. O delegado achou melhor remeter o “vadio” para a Escola de Aprendizes Marinheiros a fim de tornar útil um indivíduo de má conduta.²

A migração envolvia a possibilidade de enfrentar um panorama desfavorável para encontrar ocupações. Ser forasteiro sem proteção era um risco, principalmente, para os pobres livres e para os homens de cor, pois havia a possibilidade de ser recrutado à força ou ser confundido com escravo fugido, isso antes de maio de 1888. Entretanto, esse tipo de circunstância não impediu que as pessoas se deslocassem pelo interior da província.

Os movimentos migratórios na Mata Sul de Pernambuco não foram somente realizados por ex-escravos e seus parentes, mas cremos, com base no relato do memorialista Júlio Bello (BELLO, 1985), que eles compusessem grande parte da população ocupada nos engenhos e que após a abolição se viu com maiores condições de procurar melhores oportunidades de vida. A abolição brindou os ex-escravos com o significado mais tangível da liberdade – a mobilidade. Isso pode ser notado na documentação pesquisada, lembrando que a migração que conseguimos observar são aquelas de curta distância, especialmente a que ocorreu entre engenhos e cidades próximas.

A atividade açucareira constituiu um polo de atração de mão de obra migrante jornaleira e de uma infinidade de trabalhadores envolvidos com a produção de açúcar. Anualmente, homens e mulheres se deslocavam para o trabalho na lavoura da cana. Esses migrantes eram contratados pelos donos de engenhos no período do plantio ou da colheita e tais trabalhadores eram oriundos de diversas cidades da Mata Sul de Pernambuco e de alguns Estados da atual região Nordeste.

Os relatos encontrados nas fontes sobre os migrantes apresentam-se de maneira exígua e dispersa. Através dos processos judiciais consultados não é possível dimensionar a população migrante da Zona da Mata Sul. Parece-nos que o acertado é mais reconhecer a presença deles do que quantificá-los. Ainda assim, não perdemos de vista os homens e mulheres que se deslocaram pela região. As informações contidas nos processos quando

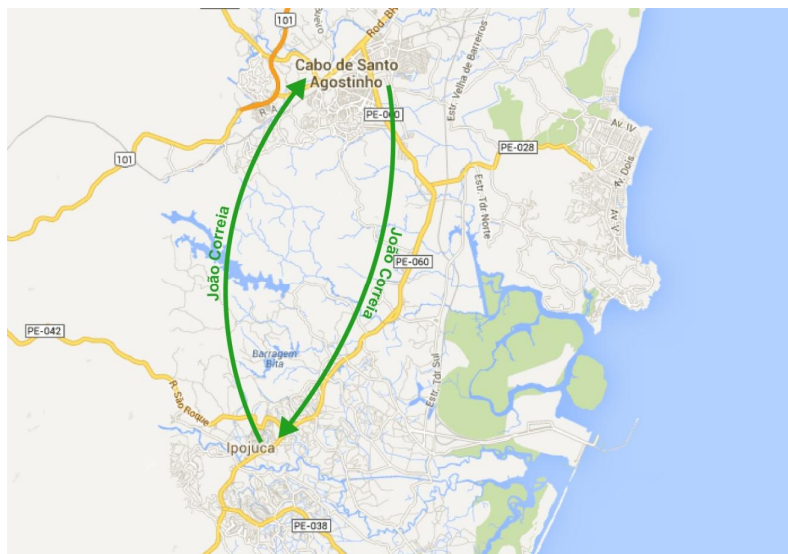
² Ofício da Delegacia de Ipojuca em 26 de junho de 1890, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, N° 205 (1883-1890).

esmiuçadas nos oferecem indicações importantes sobre os itinerários e as alternativas disponíveis aos trabalhadores dos engenhos

Há casos das pessoas que moravam em um engenho, mas circulavam em engenhos do seu município ou fora dele. Por exemplo, no dia 15 de junho de 1890 João Correia, ex-escravo, saiu do Engenho Massangana no Município do Cabo, onde era morador, para receber o seu salário no Engenho Penderama no Município de Ipojuca, de onde era natural.³ Nesse caso, o deslocamento realizado por João Correia, um migrante jornaleiro, foi de 21 km em linha reta sobre o mapa. Possivelmente, João utilizou suas relações familiares e de amizade para conseguir o trabalho que realizava no Engenho Penderama. Uma das testemunhas disse que o conhecia por João de Amélia, o nome da sua mãe, o que denota certa proximidade entre as pessoas. A inserção cotidiana dos trabalhadores que viveram a experiência migrante entre engenhos próximos, para ser minimamente bem sucedida, dependia das ligações com pessoas do local. Circular pela região onde nasceu e manter fortes relações foi uma prática recorrente entre os trabalhadores dos engenhos.

Por outro lado, transitar por diferentes espaços possibilitou aos indivíduos construir novas redes de relações e de sociabilidades. Não podemos esquecer que tais relações não foram constituídas em completa calma, mas em zonas de conflitos e disputas, exigindo dos forasteiros muita parcimônia para se inserir no universo dos engenhos.

Mapa 1: Deslocamento do ex-escravo João Correia em 1890.



Fonte: Google Maps. Rota do Engenho Penderama em Ipojuca para o Engenho Massangana no Cabo de Santo Agostinho. 21,5 km.

³ Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi. Ipojuca, 1890, MJPE.

Jovens e adultos migraram para trabalhar, resolver problemas de subsistência, ou foram impelidos a migrar por conta da falta de terras ou por problemas climáticos. Por exemplo, em 1892 faleceu Antonio Bandeira, de 25 anos, que foi identificado como retirante de Buíque⁴. A migração serviu também como uma estratégia de manutenção e reprodução dos pequenos produtores rurais que tentavam sobreviver nas franjas das *plantations*. O trabalho a jornal permitia a acumulação de recursos monetários capazes de propiciar a compra de pequenas parcelas de terra, a construção de casas, a compra de animais, ou mesmo a aquisição de um capital mínimo para o início de atividades agrícolas, comerciais ou artesanais (NEVES, 2009). Alguns migrantes se deslocavam para a Mata Sul de Pernambuco e imaginamos que eles não romperam os laços com seus lugares de origem, tendo, inclusive, a perspectiva do retorno como algo bastante factível.

Teve gente que migrou para fugir do recrutamento ou por recusar se inserir em um esquema de dominação política. Outros indivíduos, depois da abolição, afastaram-se dos lugares onde tinham sido escravos e de toda uma memória que os colocasse no lugar da subalternidade e tentaram empreender novas relações. Esse período ficou marcado por uma maior liberdade de circulação experimentado em todo o país e pelos trabalhadores da Zona da Mata Sul de Pernambuco.⁵

As opções de vida para um ex-escravo depois que a escravidão acabou dependeram, em larga medida, de como a escravidão havia sido vivida, do lugar em que se estava e, principalmente, de como ocorreu o processo de emancipação. Alguns libertos recusaram-se a permanecer nos engenhos ou a fazer qualquer serviço para o ex-senhor. Para os libertos que não tinham conquistado benesses durante o período da escravidão, a busca por melhores remunerações ou tarefas mais agradáveis deve ter mobilizado os indivíduos a deslocarem-se e decidir gozar da liberdade longe do ambiente onde foram escravos.

⁴ Óbito de Antonio Bandeira, 25 anos, solteiro, retirante de Buíque, morreu de febre e foi sepultado no Cemitério da Matriz. Ipojuca, São Miguel, Óbitos 1884 (agosto) – 1903 (junho), ACMRO. Na época em que a pesquisa foi realizada para este trabalho os códices referentes a batismo, casamento e óbito de Ipojuca estavam no arquivo da Cúria Metropolitana do Recife e Olinda, atualmente está sob a guarda do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

⁵ De acordo com Cristina Wissenbach, a população da atual região Nordeste já experimentava uma mobilidade tradicional e teve esse fenômeno ampliado em número e geograficamente por conta do tráfico interno de escravos; das secas das décadas de 1870 e 1880 que provocou o deslocamento de flagelados para diferentes regiões do país e também os sobreviventes e moradores de locais onde ocorreram conflitos sociais, como a Guerra de Canudos, que se deslocaram em busca de novos lugares para se fixar. Além disso, a abolição conferiu aos ex-escravos o direito de liberdade de movimento. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Ritos de magia e sobrevivência – sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940)*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1997, p.27. BEATTIE, Peter M. *Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930)*. CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Analisando as condições no que se convencionou chamar de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas diversas regiões brasileiras, Celso Furtado afirma que o Nordeste brasileiro, ao contrário do Sudeste, teria se aproximado de uma situação na qual a abolição da escravidão se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados (FURTADO, 1979, p. 138). Isto porque na região nordestina, como também foi apontado por Manuel Correia de Andrade, as terras mais férteis já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os ex-escravos que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas, pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior, a economia de subsistência se expandira e a grande distância das regiões semiáridas do agreste e da caatinga para a capital pernambucana continha as pessoas em suas localidades de origem. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém liberada na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas uma fração reduzida seguiu para fora da região. Não foi difícil, segundo Celso Furtado, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escrava, mediante um salário relativamente baixo (PASSOS SOBRINHO, 1992).

As migrações dos ex-cativos não foram decisões irracionais, a escolha do local de destino devia possibilitar a obtenção de recursos que garantissem a sobrevivência. O deslocamento entre engenhos foi o mais comum porque os trabalhadores, muitos deles ex-escravos, tinham habilidades, aprendidas no tempo da escravidão, para desempenhar os serviços da lavoura canavieira e conhecimentos nas suas redes de relações para arranjar empregos na localidade.

Assim, procuramos relativizar certos supostos do senso comum, imputados para diferentes regiões do país, que colocam a abolição como um evento que provocou um grande deslocamento de libertos e dos seus descendentes para longe dos locais onde tinham vivido a experiência da escravidão.

Os libertos circularam nos locais onde nasceram e visualizamos tal realidade na documentação judicial na qual observamos trabalhadores ex-escravos naturais da Mata Sul labutando em engenhos da própria região. Os ex-cativos pernambucanos devem ter se comportado de modo semelhante aos negros do sul dos Estados Unidos, os que de fato se mudaram para cidades mais distantes tinham frequentemente motivos específicos para tal empreitada (BERLIN, 2006).

Os principais personagens da migração para os engenhos da Mata Sul de Pernambuco vinham do próprio município onde estava localizado o engenho ou de cidades vizinhas bem

próximas. Nomes como Quebrangulo, Termo de Mata Grande, Cariri Velho, Vila de Souza, Piancó ou termos mais genéricos, como Província de Alagoas e da Paraíba, aparecem como regiões fornecedoras de mão de obra para os engenhos da Mata Sul. De Pernambuco, encontramos referências a indivíduos vindos da Freguesia do Cabo, da Freguesia de Escada e da Freguesia da Boa Vista, de Cidades como Goiana, Recife, Pedra de Buíque, Pajeú de Flores, Pesqueira, Brejo da Madre de Deus, as quatro últimas situadas no Sertão da Província. Provavelmente, as pessoas vindas da Zona da Mata tanto de Pernambuco como de Alagoas eram familiarizadas com a lida no mundo do açúcar. Já as vindas de regiões mais distantes, algumas cidades distavam cerca de 800 km da capital pernambucana, como o sertão das províncias de Pernambuco, Alagoas e do Ceará, locais muito secos, teriam de se ajustar a novas dinâmicas de trabalho decorrentes da produção de açúcar. Os forasteiros de fato eram, em grande parte, do sertão pernambucano e os demais oriundos do sertão de outras províncias. Provavelmente, gente que se deslocou em função das secas e para não morrer de fome e sede dirigia-se para a zona canavieira pernambucana. Circulavam pelos engenhos pessoas de perto e de longe; essa situação deveria favorecer o aparecimento de rixas com os que vieram de terras um pouco mais distantes e um sentimento de união entre os locais, marcando a identidade desses trabalhadores como forasteiros e nativos.

Boa parte dos recém-chegados, portanto, tinha de recomeçar a luta por autonomia, formação de famílias, laços comunitários e acesso a benesses; nisso sofriam desvantagens claras em relação aos estabelecidos, sobretudo os que nunca foram forçados a deixar suas comunidades de origem.

Dos 158 trabalhadores contabilizados nos processos judiciais pesquisados, 89 eram naturais da Zona da Mata Sul pernambucana, 20 de outras províncias e de outras regiões de Pernambuco e para os outros 49 não tem informação⁶. Entre os 89 nativos da Mata Sul; 70 eram nascidos nas cidades de Escada e Ipojuca; seguidos de 10 do Cabo de Santo Agostinho; 2 de Sirinhaém e 1 do Una.

Podemos inferir a partir desses dados que os trabalhadores dos engenhos, em sua maioria, eram naturais da Zona da Mata Sul. A existência de um contingente de homens livres e libertos na região canavieira garantiu mão de obra para as atividades agrícolas diante da diminuição do trabalho escravo e, principalmente, depois de sua extinção.

Havia um mundo de latifúndios cercado por massas de expropriados, para quem a única forma de acesso à subsistência seria a venda de sua força de trabalho. Os engenhos

⁶ Grande número de pessoas que não constam informações sobre a naturalidade eram escravos ou vítimas falecidas.

representavam o lugar mais procurado por aquelas pessoas que, na maioria das vezes, exerciam a função de trabalhadores temporários e tinham experiência nas lides agrícolas.

Um número considerável de homens que migravam em busca de trabalho na Mata Sul veio de Alagoas: dos vinte indivíduos listados como de fora dos municípios de Escada e Ipojuca sete eram de Alagoas. Os jornaleiros saíam de seus municípios em busca de atividades laborais complementares, às vezes, por conta das dificuldades ocasionadas pelas restrições de recursos econômicos, pelo período de entressafra de algumas culturas ou ainda por conta das condições climáticas. Esse movimento migratório deve ser entendido como uma estratégia de sobrevivência desses trabalhadores, que, muitas vezes, estavam envolvidos em outras atividades agrícolas em seus locais de origem. Ou seja, combinavam uma atividade agrícola de pequeno porte, por exemplo, o cultivo do algodão com o trabalho nos canaviais. O algodão na segunda metade do século XIX foi uma das atividades agrícolas mais importantes na Província de Alagoas, mesmo após o fim da guerra civil norte-americana os ganhos com esse produto no mercado alagoano foram expressivos (ANDRADE, 2014).

O cultivo desse produto na região atendeu primeiramente ao mercado local, mas sua cultura tomou uma importância econômica maior no período da Guerra da Secessão, que impediu os EUA de atender à demanda do mercado europeu (ANDRADE, 2008). Com o fim da referida guerra, os EUA reassumiram sua predominância no mercado internacional e os pequenos produtores de algodão tanto os de Alagoas e de Pernambuco se voltaram para o mercado local. O algodão é um tipo de cultura que não exigia grandes investimentos, além de gerar diminuta remuneração, era conhecida como lavoura de pobre (SUBRINHO, 2000). Com poucas alternativas, os homens deslocavam-se para se empregar sazonalmente nos canaviais. Esse deslocamento sazonal também pode se dar por conta da existência de diferentes ciclos agrícolas de produção, os jornaleiros durante o ano tinham a possibilidade de participar como trabalhadores na lavoura de algodão e de envolverem-se em outros circuitos agrícolas. A cultura do algodão na Mata Norte de Alagoas teve presença significativa por quase todo o século XIX até a primeira metade do século XX. O movimento no sentido contrário também deve ter ocorrido, o de pernambucanos indo para Alagoas quando as condições econômicas e sociais eram favoráveis para o cultivo de algodão.

Além disso, o deslocamento efetivado pelos migrantes alagoanos para a província pernambucana era realizado desde o começo do século XIX. Existiu um grande histórico de migrações ou fugas de escravos da Província de Alagoas para Pernambuco, como indicado por Marcus Carvalho, ao longo dos séculos XVIII e XIX (CARVALHO, 2007).

Walter Fraga Filho considera, por exemplo, que a movimentação geográfica de ex-escravos no Recôncavo do pós-abolição em parte era prolongamento das fugas de escravos, que se intensificaram nos últimos anos da década de 1880 como decorrência do processo de desmonte das relações escravistas nos engenhos (FRAGA FILHO, 2009). No caso pernambucano, a efervescência promovida pelo movimento abolicionista já vinha interferindo no deslocamento de escravos fugidos.

Praticamente não existiram imigrantes que se locomoveram para buscar trabalho nos engenhos açucareiros de Pernambuco. Ao contrário do que se passou no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde imigrantes substituíram, ao longo da segunda metade do século XIX, uma boa parte dos trabalhadores escravos das áreas agrícolas; em Pernambuco desse processo não participaram imigrantes europeus. Não encontramos nenhum branco estrangeiro envolvido com as lides dos canaviais. Podemos dizer que a demanda foi coberta pelos trabalhadores da própria Zona da Mata Sul e por gente vinda das regiões próximas.

Nos dois municípios estudados Ipojuca e Escada, os trabalhadores a jornal eram, notadamente, da mesma cidade onde estava localizado o engenho ou de cidades vizinhas. Os trabalhadores dos engenhos que eram migrantes, geralmente, se moviam em espaços relativamente conhecidos e próximos de sua vivência geográfica e social. No interior do Rio de Janeiro, Ana Rios e Carlos Costa (COSTA & RIOS, 2008) observaram que, nas famílias por eles pesquisadas, os membros haviam feito deslocamentos. A maioria das migrações também era em nível regional entre cidades próximas.

As autoridades policiais e os proprietários rurais das últimas décadas do século XIX sabiam que muitos dos trabalhadores empregados nos engenhos eram libertos e seus descendentes. Alguns ex-escravos, aproveitando-se da possibilidade de se deslocarem entre as *plantations* em busca de ocupações alternativas, abriram um certo grau de autonomia em suas vidas. Os ex-senhores, a fim de exercerem algum domínio sobre os libertos, ofereciam ajustes de trabalho já experimentados desde os tempos da escravidão, acesso à terra em troca de realizar tarefas no engenho e ser “gente” do proprietário. Não podemos esquecer que uma população flutuante de outras cidades que retornava as suas casas ao final de cada safra também era algo já conhecido. Apesar dos arranjos de trabalho e dos deslocamentos já serem de certa forma conhecidos por patrões e empregados os anos finais da escravidão e o imediato pós-abolição, esses foram tempos de readaptações e tensões em parte forçadas pela possibilidade de deslocamento constante de homens e mulheres trabalhadores dos engenhos.

O fluxo de homens migrantes nas cidades da zona do açúcar podia gerar medos e desconfianças para as autoridades policiais. Um delegado de polícia percebeu o impacto

negativo na presença dos migrantes na cidade e nos engenhos, entre as causas que teriam incentivado o surgimento de crimes e assassinatos, ao oficial um caso de trabalhadores envolvidos em um conflito, disse que: “(...) no Engenho Gaipió deste Termo, havia se dado uma morte, fato até muito frequente pela grande aglomeração de trabalhadores, em geral gente estranha e de outras Províncias, e que vivem em completa liberdade.”⁷ O delegado afirmou que as desordens ocorrem por conta do grande número de migrantes – “gente estranha” – que vinha em busca de trabalho. A dinâmica das migrações sazonais promovia uma circulação inter-regional significativa de trabalhadores nos engenhos. Junto com o movimento, aumentavam as brigas, as confusões, os acidentes. E, por outro lado, a migração constante de homens e mulheres levava à impossibilidade de se saber quem era quem, por conta da ausência de rostos, nomes e sobrenomes conhecidos. Esses trabalhadores recém-chegados ainda não possuíam amplas redes sociais capazes de oferecer mais detalhes sobre as suas vidas. Viver em completa liberdade, como disse o delegado, podia significar que esses trabalhadores não tinham quem exercesse efetivamente uma autoridade senhorial ou de empregador. Enfim, não havia uma pessoa com poder para administrar e disciplinar o comportamento dos trabalhadores da cana para que desempenhassem atividades laborais ou para governar a vida dos seus subordinados.

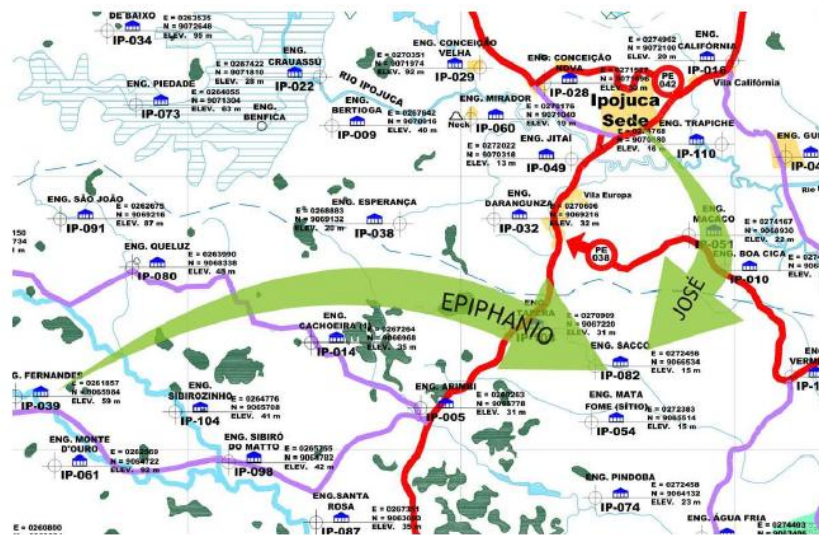
Contudo, o que se observa na descrição realizada pelo delegado é o fato de que a circulação de trabalhadores migrantes dificultava sua tarefa de reprimir indivíduos tomados como potenciais criminosos, rebeldes ou até mesmo de corrigir os considerados insolentes. Fazia-se necessário conhecer e controlar aqueles que promoviam as desordens.

As tensões geradas por conta dos deslocamentos também podem ser observadas pelo caso do menor José, que morava com sua mãe na Povoação de Ipojuca e foi aprender um ofício no Engenho Saco a distância percorrida em linha reta no mapa foi de 7 km. O mestre pedreiro Epifanio residia no Engenho Saco, mas realizava trabalhos no Engenho Fernandes, por sua vez Epifanio entre esses engenhos percorria a distância de mais ou menos 40 km. O trânsito dos homens e mulheres pobres ou remediados deixou poucos rastros do ponto de vista documental. Não existia uma espécie de “passaporte” para registrar circulações internas e nem temos registros de locais de hospedagem. Conseguimos rastrear alguns poucos dados domiciliares e de movimento dessas pessoas pelas informações constantes nas peças judiciais por nós apreciadas.

⁷ Appellação crime do Jury da Cidade do Cabo. Appellante – o Dr. Juiz de Direito. Appellado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

Voltando à questão dos deslocamentos no mapa abaixo as linhas destacadas na cor verde representam visualmente o movimento espacial do pedreiro Epifanio e do menor José.⁸ Esse mapa nos auxilia a transmitir visualmente o nosso argumento com relação às migrações internas, apesar de não sabermos, precisamente, nem como se encontrava a paisagem nem exatamente as distâncias palmilhadas por eles naquele momento (PASSOS & EMÍDIO, 2004).

Mapa 2: Deslocamento do menor José e do pedreiro Epifanio em 1885.



Fonte: IPHAN, 2010. In: *Inventário de varredura do patrimônio material do ciclo da cana-de-açúcar nos municípios de Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Moreno – PE*. IPHAN, Pernambuco. 2010. Mapa alterado pela autora.

As migrações internas aqui observadas no imediato pós-abolição, não eram migrações para longe. Provavelmente os migrantes procuravam ficar perto de seu local de origem a fim de não deixar para trás o apoio de amigos e familiares, para não se afastar de bens adquiridos ou de algum ganho do qual não queriam abrir mão. Para estarem amparados pela proteção do proprietário do engenho, ou seja, para diminuir as incertezas. Em algumas situações procuravam ficar longe o suficiente para evitar qualquer laço que o ligasse a sua antiga condição, caso tivesse sido escravo. Ter o direito de viajar para onde bem quisesse, durante certo período, foi tido como “fonte de orgulho e excitação para os ex-escravos” (FONER, 1988, p. 14).

Por outro lado, por parte dos proprietários foi necessário criar um novo conjunto de estratégias para impor o controle e a permanência dos trabalhadores nos engenhos. Entre as

⁸ Autoamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2º Districto deste Termo. Ipojuca, 1885, MJPE.

astúcias empregadas, observamos o estabelecimento do sistema de morada que visava fixar o trabalhador e sua família no engenho (ROGERS, 2010).

A experiência da vida em liberdade perturbava as relações entre libertos e indivíduos que os tinham conhecido como escravos. Para os antigos proprietários, temerosos dos efeitos da liberdade, as andanças dos trabalhadores dos engenhos recém-libertos foram vistas com maus olhos. Para eles, parcela dessa população foi considerada propensa à vadiagem e à ociosidade porque não aceitavam trabalhar sob as antigas normas e desejam usufruir maior tempo livre. Na visão dos proprietários, a perda do domínio sobre seus antigos escravos se constituía como perda do poder senhorial. Júlio Bello (BELLO, 1985), descendente de uma família de senhores de engenho da Mata Sul de Pernambuco, em suas memórias, lamentava que logo após a abolição os ex-cativos abandonaram os engenhos e ficaram arredios. O que não foi bem assimilado por muitos ex-senhores, era que a liberdade de escolha não representava aversão ao trabalho, mas significava criar alternativas de sobrevivência. Na questão da mobilidade espacial das “populações de cor”, é possível inferir que essa era uma ação contínua de defesa dos direitos de autonomia sobre suas vidas e de seus familiares. Nesse panorama os senhores sabiam que era preciso negociar com os ex-cativos as novas condições de trabalho.

Com efeito, migrar em busca de novas oportunidades dentro ou fora de sua localidade de origem foi uma das possibilidades abertas aos homens e mulheres que viviam em um universo rural em fins do século XIX. Mas os deslocamentos não se resumiram a questões econômicas, as pessoas também se deslocaram para consolidar suas relações afetivas e familiares.

BIBLIOGRAFIA

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após a abolição (Cotinguiba 1888-1910)**. Dissertação de mestrado, UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2010.

ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do vale: experiências camponesas na comarca de Atalaia/Alagoas (1870-1890)**. Tese de doutorado em História, UFPE, 2014.

_____, Juliana Alves de. **A mata em movimento: coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas**. Dissertação de Mestrado, UFPB, João Pessoa, 2008.

BEATTIE, Peter M. “Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930)”. CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. (Orgs.) **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro : FGV, 2004.

BELLO, Júlio. **Memórias de um senhor de engenho**. – 3 ed. – Recife : FUNDARPE, 1985.

BERLIN, Ira. **Gerações do cativo** – uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro; São Paulo : Record, 2006.

CARVALHO, M. J. M. “A mata atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX”. **CLIO**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 25, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Carlos Eduardo da & RIOS, Ana Maria Lugão. “Migração de negros no pós-abolição: duas fontes para um problema”. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

COSTA, Valéria Gomes da. **Trajetórias Negras**: Os libertos da Costa d’África no Recife (1846-1890). Tese de Doutorado UFBA, Salvador, 2013.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento** – Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.

FONER, Eric. “O significado da liberdade”. **Revista Brasileira de História**, 8, 1988.

FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição”. **Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos**. Campinas : Unicamp/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. – 14 ed. – São Paulo : Cia. Editora Nacional, 1979.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. “Velhos mapas, novas leituras: revisitando a história da cartografia”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 16, 2004.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX), Tese de doutorado, UFPE, Recife, 2010.

Ó, Manoel do. **100 anos de suor e sangue** – homens e jornadas da luta operária do Nordeste. Petrópolis; Rio de Janeiro : Vozes, 1971.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: A história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (Sudeste, 1880)”. **Afro-Ásia**, 42 (2010).

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. “Sobre cadeias e coerção: experiências de trabalho no centro-sul do Brasil do XIX”. **Revista Brasileira de História**, v. 64, pp. 1-20, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra”. **Revista Estudos Afro-asiáticos**, n. 38, dez 2000.

NEVES, Delma Pessanha. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil** – Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo : Unesp; Brasília, DF : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PASSOS, Maria Lucia Perrone & EMÍDIO, Teresa (Orgs.). **Desenhando São Paulo – mapas e literatura. 1877-1954**. São Paulo : Senac; Imprensa Oficial, 2009.

PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. “Migrações internas: resistências e conflitos (1872-1920)”. **Cadernos Estudos Sociais**, Recife, v. 2, jul-dez, 1992.

ROGERS, Thomas D. **Deepest Wounds** – A labor and environmental history of sugar in Northeast Brazil. The University of North Carolina Press, 2010.

SILVA, Edson. “Os Xukuru e o sul: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas”. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica** - N. 26-2, 2008.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho** – trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930. Aracaju : Funcaju, 2000.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Ritos de magia e sobrevivência** – sociabilidades e práticas mágico-religiosas no Brasil (1890-1940). Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1997.

FONTES

Ofício da Delegacia de Ipojuca em 26 de junho de 1890, folhas sem numeração, APEJE – Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Ipojuca, N° 205 (1883-1890).

Sumário Crime. Autora – a Justiça Pública. Réo – o indivíduo conhecido por Zenandi. Ipojuca, 1890, MJPE.

Appellação crime do Jury da Cidade do Cabo. Appelante – o Dr. Juiz de Direito. Apelado – Jeronimo Leonardo da Silva. Ipojuca, 1889, MJPE.

Autoamento de um inquérito policial procedido pelo Subdelegado do 2° Districto deste Termo. Ipojuca, 1885, MJPE.